

# A Edição em Portugal (1970-2010): Percursos e Perspectivas

RUI BEJA

Lisboa, Associação Portuguesa de Editores e Livreiros, 2012, 185 p.



Tratando da edição em Portugal no período 1970-2010, o livro em apreço apresenta de forma sucinta a evolução do sector, tomando como referência fundadora a diversidade de projectos dos editores independentes nos anos 70; destaca a relação entre a liberdade democrática, o fomento dos hábitos de leitura e a difusão do livro; discute depois os problemas decorrentes da concentração livreira e editorial, bem como as dificuldades do movimento associativo de editores e livreiros perante as mudanças do sector; e aprecia finalmente o desafio da revolução digital e os novos paradigmas socioculturais.

Para o leitor atento, a obra é mais do que uma história sectorial da edição, delineando a evolução do país nas últimas décadas, a partir de uma perspectiva editorial. Identificamos aspectos menos conhecidos: sobre política e sociedade, economia – haja em vista a importância dos hipermercados – e tecnologia; o papel do Estado, com referência concreta ao fim da censura, a criação do Instituto Português do Livro, a política de difusão da leitura através das redes de bibliotecas públicas e escolares, etc.

A história da edição ajuda a compreender que a viragem política de 1974 foi precedida de uma mudança cultural evidenciada, por exemplo, na luta contra a censura, e pela formação de um público claramente insatisfeito com a oferta existente: veja-se o exemplo de Snu Abecasis e a criação em 1965 das Publicações Dom Quixote, em que a própria escolha do nome da editora é reveladora de uma atitude de luta (cf. Beja, 2012: 49); ou o facto de um clube do livro como o Círculo de Leitores contar, no final de 1972, com mais de 150.000 sócios (cf. *ibid.*: 68).

Ainda que de forma necessariamente breve, a obra remete também para a particularidade do mundo dos livros como sector económico, em que se cruzam o negócio e a cultura, vectores que mantêm habitualmente entre si uma relação de convivência difícil. Num país onde os empresários não gozam de boa imagem, os «empresários do livro» são legitimados pela cultura, conseguindo uma aceitação praticamente impossível de obter noutras áreas. Encontramos, em autores e pequenos editores, um mundo de intelectuais, sonhadores, círculos de amigos, que projectam por vezes uma visão idealizada de um sector, onde até o Partido Comunista se torna patrão, na Editorial Caminho.

Nota-se também uma linha de tensão com a disciplina da gestão, revelando um certo amadorismo, ocasionalmente orgulhoso disso mesmo. Por exemplo, a Assírio e Alvim «nasceu em Lisboa [em 1972], sem um projecto concreto, até que, entre 1975 e 1976, Manuel Hermínio Monteiro chegou à editora [...]» (*ibid.*: 51). Mas há excepções: Rogério de Moura começou «por correr o país na visita a livrarias» antes de lançar em 1953 a editora Livros Horizonte (*ibid.*: 43); a Editorial Verbo foi criada em 1958 por Fernando Guedes, que «iniciou a actividade tacteando o mercado e procurando descobrir o que os colegas mais velhos tinham deixado livre, ou mais vulnerável, para aí lançar raízes, crescer e florescer» (*ibid.*: 45).

A visão amadorística e idealizada da edição é profundamente perturbada, sobretudo a partir de meados dos anos oitenta, pela dura realidade da concentração livreira e pela conflitualidade e cisão verificadas no movimento associativo, onde se debatem projectos e interesses muito diferentes, incluindo a intervenção de um ou outro empresário que, aparentemente, nem sequer gosta de livros.

O autor discute ainda o impacto da revolução digital e as perspectivas futuras, apreciando o efeito conjugado de factores diversos como o Acordo Ortográfico, a internacionalização das editoras portuguesas no mundo lusófono e os novos modelos de negócio. Sugere um papel para o movimento associativo, entretanto reunificado na Associação Portuguesa de Editores e Livreiros (APEL), e deixa em suspenso o papel do Estado na transição digital, uma questão em que mais uma vez reconhecemos uma complexa relação entre tecnologia, negócio e cultura, num quadro marcante para o futuro papel da língua portuguesa no mercado editorial.

Finalmente, duas breves observações sobre o autor e a obra. O autor é um profissional com uma carreira invulgar no sector editorial: escreve sobre uma realidade que conhece por dentro. O conhecimento do sector e a credibilidade junto dos seus agentes permitiu-lhe, por exemplo, realizar um conjunto de

entrevistas essenciais no recenseamento de editoras, e na reconstituição do contexto em que actuaram.

A obra é o resultado de uma dissertação de mestrado em Estudos Editoriais na Universidade de Aveiro. O conhecimento e a experiência do autor encontraram no âmbito do mestrado o desafio colocado pela reflexão teórica, distanciamento crítico e sistematização, exigidos numa orientação académica. O resultado é um excelente exemplo do encontro entre a teoria e a prática.

*Joaquim Costa Leite*